

AVALIAÇÃO E REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ANÁLISE DAS PRODUÇÕES PUBLICADAS NOS ANAIS DAS REUNIÕES DA ANPED (2004-2018)

Regilson Maciel Borges
Universidade Federal de Lavras (UFLA)
regilson.borges@ufla.br

Mary Ângela Teixeira Brandalise
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
marybrandalise@uol.com.br

INTRODUÇÃO

O trabalho apresenta resultados de levantamento bibliográfico inserido no âmbito da pesquisa “Atuação dos conselhos estaduais de educação (CEE) nas políticas de avaliação e regulação da educação superior e suas influências modeladoras nas universidades públicas estaduais”, desenvolvida por pesquisadores do Eixo 3 da Rede Universitas/Br, com financiamento do CNPq.

A primeira etapa dessa pesquisa consistiu na análise da produção acadêmica brasileira sobre avaliação e regulação da educação superior, publicadas no período de 2004 a 2018, considerando diferentes fontes. Esse recorte temporal baseou-se no ano de aprovação da lei nº 10.861/2004 (BRASIL, 2004), que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

A respeito dos processos de avaliação e regulação, Verhine (2015, p. 609) destaca que “a avaliação e a regulação são atividades distintas, mas necessariamente interligadas, pois a avaliação serve para alimentar decisões de cunho regulatório.” Contudo, segundo o autor, “na prática, existem tensões entre os dois processos”. Essas tensões podem ser explicitadas, no contexto do SINAES:

[...] no uso indevido de indicadores para fins de regulação, na desvalorização dos aspectos formativos da avaliação e na iniciativa de integrar avaliação e regulação em uma única agência, prejudicando a autonomia e independência de cada processo em relação ao outro (VERHINE, 2015, p. 616).

Para Verhine (2015, p. 614), a regulação “pode ser entendida como uma política de ‘governo’, pois seu grau de exigência pode (e deve) ser ajustado em função de políticas (às vezes conflitantes) de expansão e de garantia de padrões de qualidade mínima”, enquanto a avaliação “deve ser entendida como uma política de ‘Estado’, pois procedimentos e critérios têm que ser fundamentados numa

concepção de qualidade e baseados em noções de ordem técnica, protegidos de interferências de natureza política e/ou imediatista.”

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada nos anais das reuniões científicas nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), disponíveis no *site* da associação. Na busca foram utilizadas como descritores as palavras: “avaliação”, “regulação da educação superior/ensino superior” e “conselho estadual de educação – CEE”. Nesse período, encontramos um total de 18 trabalhos publicados no GT11 – Política da educação superior.

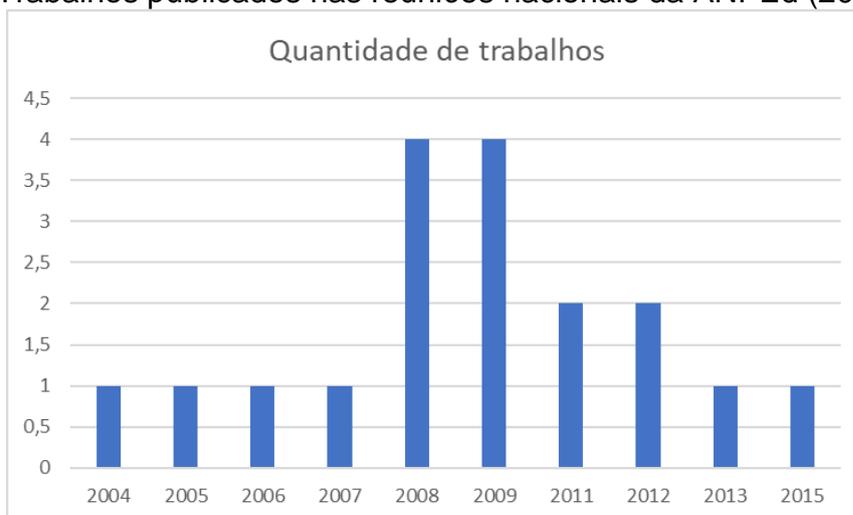
A análise dos resumos dos trabalhos tomou como referência a categoria “avaliação e regulação da educação superior”, denominada de “Categoria A”, subdividida em 2 subcategorias: A1 – avaliação da educação superior e A2 – avaliação e regulação da educação superior. Os textos foram lidos na íntegra e agrupados em uma tabela com as seguintes colunas: a) Categoria; b) Subcategoria; c) Unidades de análise; d) Autores; e) Objetivos; f) Metodologia; g) Pressupostos teóricos; h) Principais resultados.

RESULTADOS

Dos 18 trabalhos selecionados, 10 trouxeram no seu título o termo “educação superior”, 3 “avaliação institucional”, 3 “SINAES” e 1 “regulação”. Não foi encontrado nenhum trabalho com o termo “conselho estadual de educação”. Sobre os autores que tiveram mais publicações, temos José Carlos Rothen (UFSCar), com 4 trabalhos, e Gladys Beatriz Barreyro (USP), Olgaíses Cabral Maués (UFPA), Giselle Cristina Martins Real (UFGD) e Assis Leão da Silva (IFPE), com 2 trabalhos cada.

A respeito da quantidade das publicações por ano pesquisado, é possível notar no gráfico que as produções se concentraram nos anos de 2008 e 2009 com 4 trabalhos respectivamente, conforme apresentado no Gráfico 1, observando-se que de 2016 a 2018 não foram publicados trabalhos com a temática analisada:

Gráfico 1 – Trabalhos publicados nas reuniões nacionais da ANPEd (2004-2018)



Fonte: Sistematização do autor.

O Quadro 1 apresenta os 18 trabalhos distribuídos na categoria analisada, com suas respectivas subcategorizações, unidades de análise e os trabalhos que foram classificados na organização de análise proposta:

Quadro 1 – Distribuição dos trabalhos da ANPEd segundo as subcategorias e unidades de análise (2004-2018)

CATEGORIA A Avaliação/Regulação da educação superior	SUBCATEGORIA A1 - Avaliação da educação superior	CODIFICAÇÃO	TRABALHOS
Unidades de análise	Avaliação de IES (externa)	U1	REAL (2008); REAL (2013); BARREYRO (2015)
	Autoavaliação institucional (CPA)	U2	PAULA; AZEVEDO (2004); RIBEIRO; CHAVES (2008); CUNHA (2009)
	Avaliação de desempenho de estudantes	U3	ROTHEN; NASCIUTTI (2008); RODRIGUES; PEIXOTO (2009)
	Avaliação de docente	U4	MAÚES (2008); COSTA JÚNIOR (2011); DEVECHI; DIAS (2012)
CATEGORIA A Avaliação/Regulação da educação superior	SUBCATEGORIA A2 - Avaliação e regulação da educação superior	CODIFICAÇÃO	TRABALHOS
Unidades de análise	Avaliação de IES (externa)	U1	DANTAS; SOUSA JUNIOR (2009)
	Autoavaliação institucional (CPA)	U2	MAUÉS (2007); SILVA (2011); SILVA (2012)
	Regulação	U5	ROTHEN; SCHULZ (2005); ROTHEN (2006); ROTHEN; BARREYRO (2009)

Fonte: Sistematização do autor.

Em geral, os 11 trabalhos da subcategoria A1 analisam a implementação da política de avaliação da educação superior, os processos de autoavaliação

institucional promovidos pelas comissões próprias de avaliação (CPA), a intensificação da avaliação na pós-graduação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), os resultados do Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudantes (ENADE), etc. Os 7 trabalhos classificados na subcategoria A2 tratam da regulação, destacando os processos de avaliação, credenciamento, credenciamento, autorização, reconhecimento, renovação e supervisão no contexto do desempenho das IES, prescritos nos documentos da proposta e da legislação que criou o SINAES.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre avaliação e regulação da educação superior nas reuniões anuais da ANPEd se concentraram nos anos de 2008 e 2009, quando passaram quatro anos da aprovação da nova sistemática de avaliação da educação superior, o SINAES. Observa-se certa regularidade nas produções que tratam do tema em questão, com destaque para os trabalhos que analisam a implementação do SINAES e seus processos de autoavaliação e de avaliação externa (ENADE). No caso da regulação, nota-se que a discussão se circunscreve a algumas indicações dos processos de regulação no contexto do SINAES.

Verhine (2015, p. 616) aponta que “a articulação entre os processos de avaliação e de regulação é imprescindível, pois as informações produzidas pelas atividades avaliativas alimentam e fundamentam as decisões no âmbito da regulação”, decisões que “tratam da autorização, do reconhecimento e da renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como do credenciamento e do credenciamento de instituições de educação superior.” Considera-se, assim como Verhine (2015, p. 616), que nessa relação entre avaliação e regulação é necessário “manter, estruturalmente e conceitualmente, a independência e a autonomia de cada um dos dois processos” e “repensar a natureza da regulação”, buscando “superar a concepção e a prática da regulação como mera função burocrática e legalista.”

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2004.

VERHINE, Robert E. Avaliação e regulação da educação superior: uma análise a partir dos primeiros 10 anos do SINAES. **Avaliação**, v. 20, n. 3, p. 603-619, nov. 2015.